



EDITORIAL

Principais Projectos para 2003 ■

O ANO DE 2003 SERÁ UM ANO decisivo no IAN/TT. A informatização do trabalho arquivístico constitui o projecto central do IAN/TT em 2003. Desde há cerca de 12 anos, que no âmbito do IPA, entretanto extinto, e mais tarde no âmbito do IAN/TT, se investiu na construção de uma aplicação informática adequada à gestão integrada do tratamento arquivístico. Os Arquivos Nacionais constituem casos complexos e em todos os países foram objecto de informatização relativamente recente. As dificuldades advêm não só da sua dimensão, mas sobretudo da sua natureza, uma vez que contém arquivos múltiplos, correspondentes a lógicas e modelos institucionais multiseculares. Em Portugal, os primeiros projectos neste âmbito surgiram quase ao mesmo tempo que noutros países europeus. A consciência das enormes vantagens das novas tecnologias era facto adquirido desde há muito. Percalços vários protelaram a sua resolução. A recente mudança do mercado internacional neste domínio veio finalmente permitir-nos encontrar uma aplicação informática adequada, pronta a ser aplicada. 2003 será o ano da mudança. Está igualmente na calha a informatização de alguns serviços prestados ao leitor, começaremos pela emissão dos cartões, seguida pelos pedidos de documentação. Esperamos também melhorar algumas das bases de dados já disponíveis e colocá-las *on-line*, na

medida das disponibilidades financeiras. O desenvolvimento da Sala de Referência Virtual, inaugurada no novo *site* do IAN/TT, em Novembro último, só poderá progredir significativamente com substancial apoio externo, como tem sucedido na maior parte dos arquivos nacionais de outros países. Esperamos também que em 2003 se consiga dar um salto substancial no domínio da digitalização, o que naturalmente, como nas outras instituições, só será possível mediante a atribuição de fundos europeus - POC. Além dos projectos já aprovados e em curso, nos AD de Bragança e do Porto, aguarda-se o financiamento do projecto da Torre do Tombo. O relançamento da revista do IAN/TT, *Memória*, é outra das novidades deste ano, prevista para o 2.º trimestre. Com o retomar desta publicação periódica, visa-se criar um espaço de expressão e debate para os arquivistas, independentemente da sua ligação institucional e também para os investigadores, em particular os utilizadores de fontes do IAN/TT. Encontra-se concluído o projecto de arquitectura do *Museu de História de Portugal*, a construir numa parcela da actual área das exposições. O objectivo é criar um espaço de exposição permanente, onde estarão expostos alguns dos documentos seleccionados pelo seu significado central na história do país, ou pelo valor estético, e alguns objectos ligados à própria histó-

ria e às técnicas de trabalho da Torre do Tombo. É um projecto que, embora não seja muito dispendioso, ultrapassa as nossas possibilidades e apenas irá por diante se for concedido, como esperamos, apoio mecenático.

Miriam Halpern Pereira
DIRECTORA DO IAN/TT

Neste número

02 ARQUIVOS DISTRITAIS

- Espólio Documental do Arquitecto Ernesto Korrodi
- Candidatura ao POC

03 ARQUIVOS MUNICIPAIS

- Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
- Arquivo Municipal da Covilhã

04 FUNDOS & COLECÇÕES DA TT

- Ministério do Interior
- 05 · Junta do Crédito Público

- Novos Equipamentos para a Medição de Temperatura e Humidade Relativa

06 · Arquivo Histórico Ultramarino

- O Arquivo do Instituto Nacional de Estatística e dos seus Antecessores

07 INFORMAÇÕES

- Reunião Internacional
- Administração Pública Electrónica

08 AGENDA

ARQUIVOS DISTRITAIS

LEIRIA

Espólio Documental do Arquitecto Ernesto Korrodi ■

EM DEZEMBRO PASSADO, O ARQUIVO Distrital de Leiria procedeu à incorporação do espólio técnico de Ernesto Korrodi, um arquitecto suíço, que se estabeleceu em Leiria em 1890, até à morte em 3 de Fevereiro de 1944. Para além do vasto trabalho na recuperação de património histórico, foi um dos expoentes da Arte Nova em Portugal, tendo recebido vários galardões entre os quais o Prémio Valmor (1910, Prédio, Avenida Fontes Pereira de Melo e em 1917, Prédio, Rua Viriato, n.º 5 Lisboa). O espólio documental deste arquitecto dividiu-se, após a sua morte, ficando



FOTO: JOSÉ ANTÓNIO SILVA

Prémio Valmor, rua Viriato, Lisboa

do o espólio técnico no gabinete do filho (Camilo Korrodi) e de um outro arquitecto (Célio Cantante) que com ele estagiou, enquanto o espólio escrito, composto por algu-

ma correspondência e apontamentos diversos, foi disperso por outros familiares herdeiros.

Assim esta incorporação terá duas fases, estando a primeira já concluída:

1. A incorporação, a título definitivo, do espólio técnico (plantas, projectos de arquitectura e urbanismo), cujas datas extremas vão de 1888 a 1944, com cerca de 2 metros lineares;
2. A incorporação com protocolo de depósito, logo que os herdeiros o disponibilizem, do espólio escrito, cujas datas extremas vão de c. 1880 a 1944, com dimensão ainda por estimar. |tr|

P O R T O

Candidatura ao POC ■

O ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO candidatou ao Programa Operacional da Cultura o projecto “DigitArq – Produção, Conservação e Gestão de Conteúdos Digitais de Arquivo”, aprovado e homologado pelo Senhor Ministro da Cultura em Novembro de 2002.

A candidatura apresenta um investimento de € 247 888,19, tendo sido apurado um investimento elegível no montante de € 225 949,81.

O projecto em causa divide-se em duas grandes áreas:

1. A gestão de objectos digitais, que compreende a aquisição dos meios e a construção de ferramentas, quer organizacionais, quer instrumentais, que permitam gerir todo o processo da cadeia de digitalização, através do desenvolvimento de uma solução informática de gestão da imagem de uma forma integrada, do ponto de vista das necessidades experimentadas num Arquivo.

2. A conversão de instrumentos de descrição antigos para formatos de descrição normalizados, através um processo que compreende a sua transformação em objectos digitais e a sua posterior marcação através da utilização combinada do EAD – *Encoded Archival Description* e de tecnologia XML. Este processo justifica-se na medida em que a heterogeneidade de formatos e conceitos intelectuais de descrição de conteúdos com que os utilizadores são confrontados, dificulta consideravelmente a identificação da informação pertinente. Os ficheiros assim conseguidos poderão ser integrados na Internet para consulta em acesso remoto. A produção de conteúdos digitais é, no entender do ADP, um processo que cumpre, em simultâneo, dois dos seus objectivos estratégicos – promover a salvaguarda do património arquivístico e facilitar o acesso e a comunicabilidade desse património. |tr|

S E T Ú B A L

A documentação referente ao Tribunal Judicial de Almada, que temporariamente se encontrava em depósito na Torre do Tombo, foi transferida para as novas instalações do Arquivo Distrital de Setúbal.

V I L A R E A L

Novo website:
www.advrl.org.pt

Resultado de um protocolo de colaboração celebrado entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/torre do Tombo - Arquivo Distrital de Vila Real e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais ■



COM O APOIO DO IAN/TT, NO âmbito do PARAM, foram inauguradas em 2003 as novas instalações dos Arquivos Municipais de Marvão e de Penafiel, respectivamente nos dias 24 de Janeiro e 3 de Março.

O Arquivo Municipal de Marvão está aberto ao público,

de 2.^a a 6.^a feira das 9,30h-13,00h/14,00h-17,30h, na “Câmara Velha” – Casa da Cultura de Marvão, sita na Rua 24 de Janeiro, n.º 1, 7330-122 Marvão, tel. 245909170. E-mail: camaravelha@mail.telepac.pt.



O Arquivo Municipal de Penafiel, sito na Av. Soares de Moura, Quelho das Castanhas, 4560 Penafiel, tel. 255711699, está acessível ao público, de 2.^a a 6.^a feira, das 9,30h-18,30h e sábados das 9,30h-12,00h. Inserida no ciclo de conferências “no

Arquivo com...” decorreu, no passado dia 6 de Março, uma conferência intitulada “Consciencialização da cidade de Penafiel”, proferida pelo Dr. André Garrido.

E-mail: arquivo-penafiel@clix.pt ou arquivo.penafiel@iol.pt

Arquivo Municipal da Covilhã/Memória e Futuro ■

O ARQUIVO MUNICIPAL DA COVILHÃ (A.M.C.), espaço de memória e de história de toda uma região, tem como missão a identificação, preservação e divulgação do património arquivístico do concelho possibilitando o acesso a todos os que queiram investigar e saber mais sobre a história e memória da Covilhã.

Desenvolve a sua actividade nas áreas da gestão, organização e tratamento documental; investigação histórica; publicações editoriais; acesso à informação, difusão e dinamização cultural; apoio pedagógico; protecção, preservação e divulgação do património histórico-cultural. Em termos históricos, o A.M.C. não é um órgão municipal novo, existindo já referências ao *Tombo da Covilhã* desde os tempos

medievos. Ao longo dos séculos foi alvo de diversas perturbações externas e internas que levaram ao abandono e à destruição de parte do espólio, destacando-se uma visita dos exércitos napoleónicos em Abril de 1812, que os próprios registaram num assento num livro de registo dos órfãos.

Em 1999, a Câmara Municipal da Covilhã procurando a preservação do património arquivístico, da identidade local e a reorganização dos fundos documentais candidatou-se ao PARAM - Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais, gerido pelo IAN/TT. Neste âmbito procedeu



à reconversão do antigo imóvel dos Bombeiros Voluntários em Arquivo Municipal, que foi inaugurado a 24 de Novembro de 2001.

Alberga um espólio documental de elevado valor histórico bem representativo da evolução da sociedade covilhanense e região, proveniente de

diversos fundos documentais como: Câmara Municipal da Covilhã, Administração do Concelho da Covilhã, Real Fábrica dos Lanifícios, Convento de S. Francisco, Junta de Paróquia da Conceição, Junta da Paróquia do Tortosendo, Confraria do Espírito Santo e Confraria de Nossa Senhora do Rosário (Aldeia do Carvalho).

Urge agora iniciar uma nova fase caracterizada por uma maior comunicabilidade e compreensão do nosso património documental e suas memórias, junto de toda a comunidade, especialmente a escolar, universitária e científica, através de uma melhor gestão dos recursos, aumentando a qualidade e a produtividade dos serviços, definindo estratégias de comunicação/intervenção e de desburocratização, aproximando a administração municipal dos munícipes, sem nunca esquecer a salvaguarda da memória histórica.

Paulo Celso Fernandes Monteiro
TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

Ministério do Interior ■

POR DECRETO DE 8 DE OUTUBRO de 1910 foi alterada a designação de Ministério do Reino para Ministério do Interior, não havendo mudanças radicais em termos de arquivo. A partir de 1911 a perda de competências a favor de outros ministérios traduziu-se na redução e dispersão dos arquivos e criação de um sistema de arquivo cada vez mais complexo que permitisse a recuperação de informação mais especializada.

1. O **Gabinete do Ministro** integra livros de registo (1918-1919; 1937-48), copiadores (1926-47) e maços de correspondência recebida (1917-47). Saliente-se a presença neste conjunto dos relatórios mensais dos governadores civis, a partir de 1935. Esta documentação fornece informação sobre decisões políticas tomadas no âmbito das competências próprias do ministério, que dizem respeito à assistência, à saúde, à censura, ao

policimento, às prisões, à vigilância de fronteiras, à emigração, ao controlo de estrangeiros, à fiscalização dos géneros alimentícios, aos espetáculos e ao turismo. Inclui informação sobre a situação económica, a situação político-administrativa, a situação social, obras públicas, a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial. Existe ainda um conjunto documental (1955-74) utilizado e reorganizado pelos Serviços de Coordenação da Extinção da ex-PIDE/DGS e LP, referente à rubrica de classificação GBT/20 (actividades anti-situacionistas).

2. A **Secretaria Geral** integra livros de registo (1911-40), copiadores (1927-40), maços de correspondência recebida (1914-40) e de contabilidade (1910-42), processos disciplinares e de sindicância (1926-38). A informação constante desta documentação é muito diversificada e compreende assuntos do âmbito das competências genéricas do Ministério, casos contenciosos, assuntos de pessoal, assuntos de contabilidade, economato e património, assuntos de natureza económica e social.

3. A documentação da **Direcção Geral da Administração Política e Civil**, relativa à 1.ª e 2.ª repartições, integra Decretos (1910-27), livros de registo (1915-34), copiadores (1912-34) e maços de correspondência recebida (1910-34). Estes três subfundos correspondem aos serviços centrais do ministério. A documentação referida nos pontos 1 a 3 está disponível para consulta imediata.

4. A documentação da **Direcção Geral da Administração Política e Civil**, incorporada em



Gabinete do Ministro, 1941

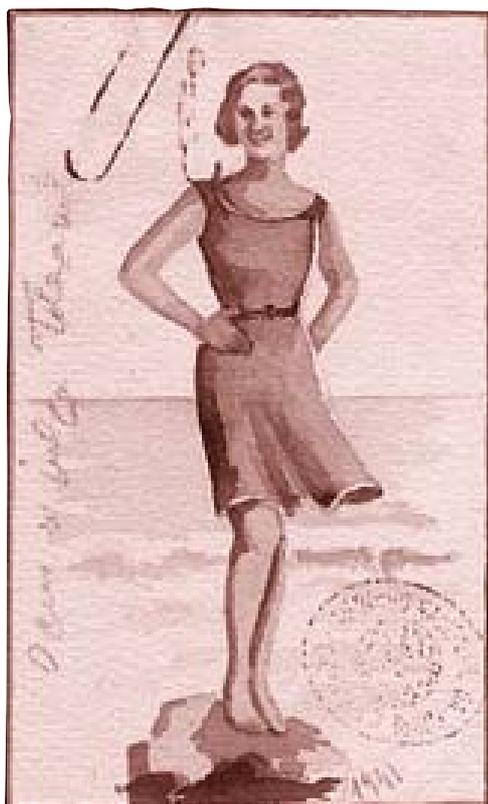
2002 (1935-83), não está disponível para consulta imediata e abrange temáticas diversas das quais se destacam a inspecção aos corpos administrativos (Inspeção Administrativa), projectos de diplomas, recenseamento eleitoral e apuramento de resultados, alterações aos limites das circunscrições administrativas, alterações de regulamentações municipais variadas e processos de naturalização de estrangeiros.

5. Está prevista durante o ano de 2003 a incorporação de documentação do Gabinete do Ministro (1948-77).

6. Este fundo engloba outros subfundos fundamentais para a história do século xx: PIDE/DGS, Legião Portuguesa; Conselho Nacional de Turismo, Direcção Geral dos Serviços de Censura.

Ana Barros Sousa

TÉCNICA SUPERIOR DE ARQUIVO



Gabinete do Ministro, 1941

Junta do Crédito Público ■

A INCORPORAÇÃO DO ARQUIVO da Junta do Crédito Público no IAN/TT foi proposta pelo Instituto de Gestão do Crédito Público, sucessor da Junta. A incorporação ocorreu de Dezembro de 2002 a Fevereiro de 2003. Trata-se de um arquivo com grande interesse histórico para o estudo da gestão da dívida pública em Portugal e compreende um período de 200 anos – 1796-1996. A documentação é proveniente da Junta do Crédito Público e seus antecedentes,

nomeadamente: Junta da Administração e Arrecadação dos Fundos Aplicados para o Pagamento de Juros; Junta dos Fundos e Juros dos Reais Empréstimos; Comissão Interina da Junta do Crédito Público.

A criação deste serviço remonta à Junta da Administração

das Rendas aplicadas aos Juros do Empréstimo feito ao Real Erário, por Alvará de 13 de Março de 1797, tendo por missão gerir os empréstimos emitidos na sequência da Campanha do Rossilhão.

A documentação reflecte os actos administrativos e de gestão da dívida pública, com repercussões no desenvolvimento económico e social do País ao longo de dois séculos.

O acervo compreende cerca de 16 000 unidades de instalação, o que perfaz cerca de 800 metros,

desde chancelarias; almoxarifados; livros de contabilidade; livros da décima eclesiástica; livros de registo da receita eventual do tesouro de vários concelhos; documentação respeitante à desamortização de foros; contas correntes com as ordens religiosas; copiadores de correspondência e respectivos livros de registo; livros de actas de eleições da Junta; documentação respeitante à venda dos bens nacionais; tabelas de receitas dos conventos suprimidos;

livros de recibos de títulos respeitantes às ordens religiosas; documentação respeitante a pensões vitalícias e perpétuas; tenças; padrões; obrigações gerais; entre outros. Do arquivo constam ainda os originais dos desenhos e estudos que eram feitos para a emissão de títulos, encomendados a

artistas consagrados onde se destacam: Almada Negreiros, Cottinelli Telmo, Renato Araújo, Simões Sobrinho, João Vaz, Martins Barata, entre outros. O arquivo da extinta Junta vem completar fundos já existentes no Arquivo Nacional, nomeadamente o fundo do Real Erário e o Ministério dos Negócios da Fazenda/Finanças.

Maria José Fidalgo

CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVOS
INTERMÉDIOS



FOTO: JOSÉ ANTONIO SILVA

Esboço de Martins Barata

Novos Equipamentos para a Medição de Temperatura e Humidade Relativa ■

DESDE O INÍCIO DO CORRENTE ANO, e integrado no Projecto de Assessoria de Preservação, que o Laboratório de Patologias passou a dispor de dois novos tipos de equipamento de medição de temperatura e humidade relativa algo diferentes, mas utilizando ambos sensores Hygroclip S. Um deles o Hygrolog D é programável em termos de intervalos de tempo entre duas medições sucessivas, hora a partir da qual se pretende iniciar a medição, etc... Tem capacidade para memorizar até 10 000 leituras, num período máximo de 416 dias. Na Casa Forte de Reservados estão instalados dois destes equipamentos. Regularmente são levantados e ligados ao computador, onde, através de um software apropriado, se descarregam os valores armazenados. Obtém-se, então, uma listagem de valores das duas grandezas medidas e o gráfico respectivo.

Quanto ao outro modelo de medidor o Hygropalm é um instrumento portátil que está a ser usado nos restantes 14 locais do IAN/TT em que se faz, semanalmente, a monitorização de temperatura e humidade relativa. A adopção deste tipo de equipamentos prende-se com as elevadas exigências de qualidade e de rigor científico que instituições como o IAN/TT devem privilegiar.

Otilia Santos

RESPONSÁVEL PELO
LABORATÓRIO DE PATOLOGIAS

Arquivo Histórico Ultramarino ■

O ARQUIVO HISTÓRICO Ultramarino (AHU) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 19869 de 9 de Junho de 1931. Incorporou nos seus depósitos os documentos mais antigos que constituíam a Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional e os fundos documentais do Ministério das Colónias. Dependeu, desde a sua criação do Ministério das Colónias, depois do Ultramar. Em 1973, foi integrado na Junta de Investigações Científicas do Ultramar, hoje Instituto de Investigação Científica Tropical, dependendo actualmente do Ministério do Ensino Superior e da Ciência.

O Arquivo Histórico Ultramarino é detentor do maior e mais importante conjunto documental relativo às ex-colónias portuguesas. Este conjunto está organizado em três fundos principais que correspondem aos arquivos das instituições criadas para gerir a administração colonial portuguesa ao longo dos séculos: o Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833), a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (1834 a 1910) e o Ministério do Ultramar (1911 a 1975). Além destes fundos, existem outros igualmente importantes como o do



Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais; do Banco Nacional Ultramarino; da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, arquivos de alguns governos coloniais e ainda arquivos e colecções particulares. Esta documentação está instalada em cerca de 15Km de prateleiras e é constituída por documentação manuscrita avulsa, códices e livros de registo, cartografia e iconografia. Possui também o Arquivo uma importante colecção de diapositivos,

negativos, fotografias em papel e vidro e postais ilustrados. O Arquivo Histórico Ultramarino é um organismo voltado para o futuro e está lançado num conjunto de acções que têm como objectivo a valorização e a divulgação do seu património documental e a cooperação com outras instituições congéneres.

Maria Luísa Abrantes

DIRECTORA DO ARQUIVO
HISTÓRICO ULTRAMARINO

O Arquivo do Instituto Nacional de Estatística e dos seus Antecessores ■

O INE DESTRUIU, NÃO SE SABE HÁ QUANTO TEMPO, a documentação herdada de instituições extintas e a sua própria documentação, em completa violação do Decreto-Lei de 1988, que submete qualquer eliminação arquivística à aprovação do IAN/TT. Os boletins de todos os recenseamentos da população até 2000 foram integralmente destruídos. Enquanto noutros países actualmente se procede à utilização dos dados dos boletins mencionados, cruciais para a história social e genealógica, - a notável digitalização dos respectivos boletins pelo

Record Office, inaugurada em 2000, veio corresponder a esta intensa procura - em Portugal o INE destrói paulatinamente o património nacional à sua guarda. Nada resta dos manuscritos dos inquéritos industriais, que alguns investigadores parece terem entrevisto há alguns anos. A não ser que algum antigo funcionário reformado venha revelar que afinal está tudo guardado e esquecido num sótão ou numa cave. Oxalá. Boa notícia é que se vai agora elaborar a portaria conjunta que irá evitar situações similares no futuro. |r|

INFORMAÇÕES

Reunião Internacional ■

EM OUTUBRO 2002, EM COPENHAGA, realizou-se a reunião semestral do EBNA, (*European Bureau National Archives*) na qual esteve presente a directora do IAN/TT, Prof.^a Dra. Miriam Halpern Pereira. O EBNA congrega os directores dos arquivos nacionais europeus, em reuniões semestrais, em consonância com as presidências europeias. Nesta reunião, foram abordadas, entre outras, as seguintes questões:

1.

Resolução Lund-Bruxelas, respeitante aos arquivos da União Europeia. [De acordo com o Gabinete de Relações Internacionais, a última versão da resolução será agendada para discussão no Conselho de Ministros da União Europeia, em Maio de 2003.]

2.

Livro Preto, resultante de inquérito sobre a situação dos arquivos nacionais da União Europeia [o IAN/TT já respondeu]. Em Setembro de 2003, estará pronto para editar.

3.

Legislação europeia sobre *copyright* e impacto nos arquivos. [Em Portugal,

a directiva “infosoc” será incorporada no Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e encontra-se, para apreciação, no Gabinete do Ministro da Cultura.]

4.

Orientações para o acesso aos arquivos públicos, em conclusão por um grupo de trabalho.

5.

Directiva da União Europeia sobre a reutilização e exploração comercial dos documentos do sector público, em discussão.

6.

“Preservar a Memória do Futuro” isto é a herança cultural digital. Acentuada a necessidade de pesados investimentos pelos serviços de arquivo neste domínio. Chamada a atenção para o 6.º Programa Estrutural e para a Rede Minerva, <http://www.minerva.europe.org/>

7.

Necessidade de coordenação e orientações para um programa sobre desastres naturais. Este programa será objecto de um seminário do CIA e de discussão no Congresso

do CIA, em Viena de Áustria, em 2004.

O mesmo assunto será abordado na próxima reunião do EURBICA (*European Branch of the International Council on Archives*) e num encontro em Annecy, em Maio de 2003.

8.

Proposta de um seminário ou de uma rede para aprofundar as competências de liderança no campo dos arquivos. A discutir na próxima reunião do EBNA.

9.

As fronteiras entre o EBNA e o EURBICA tornar-se-iam quase coincidentes com o alargamento da União Europeia. Sugerida uma maior harmonização entre ambos os organismos. O EBNA foi considerado um importante espaço de discussão da legislação europeia e do respectivo impacto nos arquivos.

10.

No âmbito da cooperação com programas da União Europeia, foi apresentada a proposta de rede DLM de excelência. [T]

Administração Pública Electrónica ■

O 11.º ERSI – ENCONTRO de Responsáveis de Sistemas de Informação, Vimeiro, 12 a 14 Março – decorreu sob o signo da Administração Pública Electrónica, contexto em que propôs uma reflexão sobre modelos organizacionais e recursos humanos (ver www.inst-informatica.pt).

O IAN/TT foi convidado a participar, nomeadamente para uma divulgação do Programa SIADE (Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Electrónicos – ver Boletim n.º 14), agora em fase de relançamento com a cooperação

não apenas do IAN/TT e do Instituto de Informática, mas também da Direcção Geral da Administração Pública. Num contexto de análise dos “pilares infra-estruturantes para o adequado desenvolvimento da administração pública numa óptica de governação electrónica”, o IAN/TT defendeu que qualquer processo organizacional que envolva a utilização das TIC e subsequente produção de objectos digitais deve incluir estratégias de gestão arquivística e de preservação desses objectos. Apoiar a administração pública

neste desafio continua a ser o propósito do SIADE, através da promoção de um quadro regulamentar e normativo de suporte à concepção, implantação e avaliação de sistemas de arquivo electrónico. No sítio web do IAN/TT (www.ianntt.pt) poderá encontrar mais informação sobre o SIADE e sobre os cursos de formação promovidos pelo IAN/TT na área da gestão de arquivos electrónicos, bem como consultar documentos técnicos – especial destaque para o Modelo de Requisitos para a gestão de arquivos electrónicos. [T]

AGENDA

Acaba de Sair ■

Inventário. Ordens

Monástico/Conventuais, IAN/TT, 2002, apoiado pela Fundação BCP. Coordenação de José Mattoso e Maria do Carmo Dias Farinha, elaboração de Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos.

Depois de três anos de trabalho está finalmente à disposição dos arquivistas, investigadores e qualquer leitor interessado o primeiro volume do *Inventário Ordens Monástico/Conventuais*, dedicado à apresentação da Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores e Ordem da Conceição de Maria.

Com o objectivo inicial de enquadramento dos fundos monásticos e conventuais no âmbito do Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, o trabalho de reorganização da documentação de cada ordem e a identificação de séries dentro de cada fundo obrigou a descer a um nível de descrição mais pormenorizado, tornando indispensável a prévia elaboração de inventários a partir dos quais será, então, possível a realização de instrumentos de descrição como os guias.

Em linhas gerais, a intervenção operada a nível da documentação das casas religiosas consistiu, em primeiro lugar, no abandono da organização geográfica por nomes



438 páginas/il., PVP € 27

de localidades, em benefício de uma arrumação própria da organização canónica, por ordens religiosas; depois de considerada cada ordem como um “grupo de fundos” e obedecendo aos princípios básicos da arquivística, de “respeito pela proveniência” e “respeito pela ordem original”, foi identificada a documentação de cada fundo/mosteiro ou convento (que por vezes se encontrava dispersa por diferentes fundos) e descrita em séries; numa última fase, foram reatribuídas cotas a toda a documentação, em que ficou expressa a ordem religiosa a que cada casa pertence e rearrumadas fisicamente as unidades de instalação. Está longe de concluído o moroso trabalho de reorganização dos fundos monásticos e conventuais, como afirma José Mattoso, na introdução do volume que agora

se apresenta ao público, “Julgamos, assim, ter prestado um serviço importante aos investigadores. Esperamos que o trabalho agora encetado prossiga para as restantes ordens religiosas e para as dioceses e cabidos eclesiásticos. Trata-se de uma tarefa laboriosa e para a qual se exige um conhecimento suficiente das práticas administrativas do Antigo Regime. O mais difícil, porém, talvez tenha sido criar o método e ensaiar a sua aplicação”. Refira-se que foi o apoio financeiro da Fundação BCP que viabilizou o projecto de investigação e a publicação do Inventário.

Maria Leonor Ferraz
de Oliveira Silva Santos

CO-AUTORA

Mesa-Redonda ■

O Arquivo das Secretarias de Estado (Trinas/Amora) no IAN/TT.

20 de Maio, data prevista. [r]

Exposição ■

Sobre Engenharia e Cartografia Militar nos Séculos XVII e XIX. Organização conjunta do IAN/TT, do Exército, através da Arma de Engenharia, e do Arquivo Histórico Militar.

Em Junho, na Torre do Tombo. [r]

Reuniões Internacionais ■

- EBNA, Atenas, 5-6 de Junho.
- Comité de Arquivos Electrónicos, Koblenz, 28-29 de Abril. [r]